



INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2015**ÁREA:** Área de Administração – AA**CONTRATO:** OCS Nº 110/2015**CONTRATADO:** GIROS INTERATIVA LTDA - EPP**OBJETO:** Contrato de concessão de premiação, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.**VALOR:** R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**PRAZO:** 5 anos.**AUTORIZAÇÃO:** Superintendente da Área de Administração, em 23/07/2014 na Informação Padronizada AI/DECULT nº 24/2014.**FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:** Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.**ADVOGADA:** Júlia Bohrer Rodrigues**DATA:** 01/04/2015

CERTIDÕES	VALIDADE	AUSÊNCIA DE REGISTROS IMPEDITIVOS À CONTRATAÇÃO	DATA DA CONSULTA
Receita Federal e INSS	08/08/2015	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência)	01/04/2015
FGTS	12/04/2015		
CNDT	22/08/2015	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (Portal CNJ)	01/04/2015
		Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN	01/04/2015


Aline de Moraes Reis Vinhas
Advogada
Gerente AA/DELIC/GLIC3


Rogerio Abi-Ramia Barreto
Advogado
Chefe de Departamento AA/DELIC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GIROS INTERATIVA LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.661.796/0001-84

Certidão nº: 82638039/2015

Expedição: 24/02/2015, às 11:27:50

Validade: 22/08/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GIROS INTERATIVA LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.661.796/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GIROS INTERATIVA LTDA - EPP
CNPJ: 04.661.796/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 17:03:42 do dia 09/02/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/08/2015.

Código de controle da certidão: **4468.1466.24468.1466.2CFC.A24C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04661796/0001-84

Razão Social: GIROS INTERATIVA LTDA

Endereço: LRG DO MACHADO 54 SALA 208 / CATETE / RIO DE JANEIRO / RJ
/ 22221-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2015 a 12/04/2015

Certificação Número: 2015031405122922385202

Informação obtida em 19/03/2015, às 10:37:25.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/04/2015 às 15:21) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 04.661.796/0001-84.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 551C.3722.7A3C.0482

[Perguntas frequentes](#)[Sobre o Portal](#)[Glossário](#)[Contato](#)[Ajuda](#)

Acesso rápido

Selecione...

OK

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. **Saiba mais**

Consulta

«

CNPJ/CPF: 04.661.796/0001-84

Nome, razão social ou nome fantasia:

Tipo de sanção: (Todas)

Consultar

Limpar filtro

Quantidade de registros encontrados: 0

Data: 01/04/2015 Hora: 15:21:51

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 04.661.796/0001-84

[Clique aqui para baixar dados do portal](#)

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

**BRASIL**

ancineEm caso de dúvida na utilização dos sistemas [clique aqui](#)

1/1

Consulta de Projetos Audiovisuais

Detalhes do Projeto

PROJETO **Menino 23**
 SALIC 120417
 PROPONENTE GIROS INTERATIVA LTDA
 RESPONSÁVEL
 UF RJ

DIRETOR
 PRODUTOR
 ROTEIRISTA

SEGMENTO Produção Cinematográfica

GÊNERO

FORMATO

SINOPSE Rio de Janeiro, anos 30, Era Vargas. As elites não escondiam a admiração pelos regimes nazi-fascistas. O documentário Menino 23 revela que elas foram além do flerte: praticaram experiências racistas baseadas em teorias eugenistas propagadas pelo Nazismo. Aloysio Silva, conhecido como 23, sobreviveu a elas. Menino 23 é uma tentativa de expor ao grande público uma faceta nebulosa e renegada da história brasileira contemporânea. Valendo-nos do formato clássico de documentário, tão eficiente para narrar fatos verídicos, iremos nos valer também de Imagens de arquivo do contexto político da época, de personagens centrais e periféricos, bem como de documentos, fotografias, transcrição de leis e discursos inflamados em defesa da eugenia compõem o grande inventário de provas levantadas até agora e que ilustrarão o filme. O orfanato, a fazenda, a pequena escola, o isolamento, o galpão mal ajambrado e todas as paisagens da região serão cenários para esta visitação do passado.

SITUAÇÃO Captação parcial

PROVIDENCIA
 TOMADA Ver

Aprovações	Data	Portaria / Deliberação
Aprovação Inicial	25/10/2012	0194/12
Última Prorrogação		
Período de Captação	25/10/2012 a 31/12/2016	

Mecanismo	Valores Aprovados	Valores Captados	Saldo
ART 1º - Lei 8.685/93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ART 1º A	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00
ART 3º - Lei 8.685/93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ART 3º A	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 0,00
ART 18 (Lei 8.313/91 ROUANET)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ART 25 (Lei 8.313/91 ROUANET)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ART 39 (Condecine)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ART 41 (Funcines)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Editais ANCINE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Edital ANCINE - PAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Edital ANCINE - PAQ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Editais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lei Estadual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lei Municipal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Fontes	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00
CONTRAPARTIDA	R\$ 115.841,00	-	-
TOTAL	R\$ 2.315.841,00	R\$ 700.000,00	R\$ 1.500.000,00

Voltar



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 135, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.004632/2014-62, de 07/10/2014, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Braview Indústria de Produtos Eletrônicos do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.943.963/0001-42, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Fonte de alimentação para unidade de processamento digital, de pequena capacidade.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanham o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 465, de 26 de julho de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.004632/2014-62, de 07/10/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 136, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001732/2014-37, de 23/04/2014, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa BRS Indústria e Comércio de Sistemas Eletrônicos Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.030.867/0001-39, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Contador de eletricidade trifásica, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanham o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015031900009

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 126, de 6 de março de 2009.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001732/2014-37, de 23/04/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária

deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 18 de março de 2015

574ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	900.0653/1995	32.479.123.0001-43
Associação Sul-Rio-grandense de Apoio ao Desenvolvimento de Software - SODISUL	900.0829/2001	74.877.226.0001-01

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 17, DE 13 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

14-0379 - Vernissage
Processo: 01580.054263/2014-21
Proponente: Simio Filmes Ltda.
Cidade/UF: Olinda / PE
CNPJ: 09.942.024/0001-34

Valor total aprovado: de R\$ 959.679,40 para R\$ 929.450,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 261.705,10 para R\$ 232.987,20

Banco: 001- agência: 3243-3 conta corrente: 37.716-3

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 250.000,00

Banco: 001- agência: 3243-3 conta corrente: 37.717-1

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar a análise complementar e alterar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º, 3º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

13-0226 - Berenice Procura
Processo: 01580.014025/2013-01

Proponente: E.H. Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 00.338.948/0001-51

Valor total aprovado: de R\$ 6.647.695,46 para R\$ 6.193.203,60

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.315.310,69 para R\$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.775-9

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.700.000,00 para R\$ 383.543,42

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.777-5

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.500.000,00 para R\$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.776-7

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 300.000,00 para R\$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.778-3

Valor aprovado no artigo 41 da MP nº 2.228-1/01: de R\$ 500.000,00 para R\$ 0,00

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016

Art. 3º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

13-0467 - Na Trilha da Energia 2
Processo: 01580.039679/2013-39

Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 01.613.170/0001-04

Valor total aprovado: de R\$ 1.648.640,00 para R\$ 1.639.840,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.566.208,00 para R\$ 1.557.848,00

Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.010-5

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 557, realizada em 24/02/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0047 - Pitar
Processo: 01580.003686/2014-83

Proponente: Drama Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 02.902.219/0001-01

Valor total aprovado: de R\$ 1.256.734,00 para R\$ 1.257.102,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 0712-9 conta corrente: 66.704-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0364 - Sangue Sobre a Neve
Processo: 01580.064735/2014-54

Proponente: Story Line Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 09.504.083/0001-20

Valor total aprovado: de R\$ 317.289,00 para R\$ 272.517,90

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 301.400,00 para R\$ 258.892,01

Banco: 001- agência: 1202-5 conta corrente: 69.846-6

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 4º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

14-0352 - Buzz na Escola InterGaláctica
Processo: 01580.055243/2014-78

Proponente: Start Desenhos Animados Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 60.915.899/0001-02

Valor total aprovado: R\$ 3.347.200,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 179.840,00

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 25.317-0

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.453.299,78

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 25.445-2

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.546.700,22

Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 25.318-9

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.



Art. 5º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

12-0417 - Menino 23

Processo: 01580.029364/2012-01

Proponente: Giros Interativa Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 04.661.796/0001-84

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 2.307.918,37 para R\$ 2.315.841,00.

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 492.522,45 para R\$ 500.000,00.

Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 22.821-4

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 700.000,00.

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

12-0441 - Tadriña

Processo: 01580.025752/2012-12

Proponente: Traque Produtora de Cinema IV e Vídeo Ltda

Cidade/UF: Salvador - BA

CNPJ: 16.487.027/0001-90

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 2.235.650,00 para R\$ 1.664.300,00.

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 802.000,00 para R\$ 81.645,00.

Banco: 001- agência: 3457-6 conta corrente: 63.260-0

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 18, DE 17 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual abaixo relacionado, e realizar a análise complementar para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

15-0073 - O Amuleto - Comercialização

Processo: 01580.001177/2015-05

Proponente: Contraponto Muhlmeis Ltda. ME

Cidade/UF: Florianópolis - SC

CNPJ: 11.248.548/0001-71

Valor total do orçamento aprovado: R\$ 374.237,50

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 114.687,50

Banco: 001- agência: 3185-2 conta corrente: 23.667-5

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 80.000,00

Banco: 001- agência: 3185-2 conta corrente: 23.668-3

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 559, realizada em 10/03/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

12-0471 - Arquitetura da Cor

Processo: 01580.032410/2012-41

Proponente: Zola Produções Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.874.608/0001-07

Valor total aprovado: de R\$ 861.728,41 para R\$ 797.665,67

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 815.000,00 para R\$ 650.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 24.498-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 555, realizada em 03/02/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 17 de março de 2015

Nº 55 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

10-0103 - A Glória e a Graça

Processo: 01580.013623/2010-10

Proponente: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 29.269.719/0001-04

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 4.160.140,39 para R\$ 4.152.405,58

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 2.510.651,67

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 17.209-X

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 391.481,70 para R\$ 314.133,63

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 17.211-1

Prazo de captação: até 31/12/2015

12-0066 - O Fantasma

Processo: 01580.004489/2012-10

Proponente: Traque Produtora de Cinema IV e Vídeo Ltda

Cidade/UF: Salvador - BA

CNPJ: 16.487.027/0001-90

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 4.787.098,98 para R\$ 4.734.861,36

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 3457-6 conta corrente: 61.620-6

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.130.359,85 para R\$ 607.983,58

Banco: 001- agência: 3457-6 conta corrente: 61.621-4

Prazo de captação: até 31/12/2015

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

13-0219 - Um Homem Entre Abelhas

Processo: 01580.014023/2013-11

Proponente: R172A Produções Cinematográficas Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 06.998.046/0001-28

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 6.261.487,52 para R\$ 6.112.243,49

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 1.100.000,00

Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.432-8

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 2.226.194,26 para R\$ 633.754,14

Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.434-4

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.900.000,00 para R\$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.762-9

Prazo de captação: até 31/12/2016

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º, 3º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

14-0419 - A Vila das Nove

Processo: 01580.065797/2014-83

Proponente: Lupa Filmes Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 19.478.327/0001-00

Valor total aprovado: R\$ 5.135.000,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 975.000,00

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.188-7

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.003.250,00 para R\$ 903.250,00

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.190-9

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 2.500.000,00 para R\$ 2.045.206,39

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.189-5

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 400.000,00 para R\$ 954.793,61

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.191-7

Prazo de captação: até 31/12/2016

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação, aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

10-0288 - Sana

Processo: 01580.030649/2010-14

Proponente: Lavoura Produções Artísticas Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 04.486.752/0001-65

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 2.019.570,82 para R\$ 1.842.697,52

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 507.481,69 para R\$ 48.401,64

Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 15.246-3

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.411.110,58 para R\$ 732.688,00

Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 15.248-X

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

10-0441 - A Tuma do Pererê Doc

Processo: 01580.042320/2010-04

Proponente: MWM Factual Produções Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 08.675.649/0001-14

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

07-0459 - Teca e Tun em: Uma Noite na Biblioteca

Processo: 01580.042327/2007-21

Proponente: Rombolhe Produções Audiovisuais Ltda

Cidade/UF: São Carlos - SP

CNPJ: 05.738.800/0001-28

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015

09-0384 - Um Pequeno Problema

Processo: 01580.038222/2009-21

Proponente: IGC - Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 01.161.933/0001-23

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

11-0134 - Mercados

Processo: 01580.012510/2011-70

Proponente: Sete Personagens Produções Culturais Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 10.331.623/0001-09

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015

Art. 8º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 56 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

15-0035 - Construções Sustentáveis

Processo: 01580.005469/2015-17

Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda

Cidade/UF: São Paulo - SP

CNPJ: 01.613.170/0001-04

Valor total aprovado: R\$ 1.823.750,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.732.562,50

Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.918-8

Prazo de captação: até 31/12/2016

15-0041 - São Paulo Futebol Clube - 85 Anos de História

Processo: 01580.005477/2015-55

Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda

Cidade/UF: São Paulo - SP

CNPJ: 01.613.170/0001-04

Valor total aprovado: R\$ 1.439.685,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.367.700,75

Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.917-X

Prazo de captação: até 31/12/2016

15-0053 - Trivial Gourmet

Processo: 01580.004417/2015-15

Proponente: Instituto Reconciliare Ltda

Cidade/UF: Sorocaba / SP

CNPJ: 13.125.418/0001-77

Valor total aprovado: R\$ 321.540,93

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 305.463,88

Banco: 001- agência: 2414-7 conta corrente: 6.878-0

Prazo de captação: até 31/12/2016

15-0057 - Bebê Mais Inglês

Processo: 01580.002653/2015-05

Proponente: Super Bebê Ltda

Cidade/UF: São Paulo - SP

CNPJ: 05.372.777/0001-09

Valor total aprovado: R\$ 372.934,64

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 354.287,91

Banco: 001- agência: 3039-2 conta corrente: 14.941-1

Prazo de captação: até 31/12/2016

15-0068 - Paróides Recorrentes no Atlântico Sul

Processo: 01580.011685/2015-93

Lista de Serviços

Busca rápida de serviços

DETALHES DO SERVIÇO

Nome do serviço: EMISSÃO DE CERTIDÃO PREVIDENCIÁRIA

Descrição: Desde o dia 03/11/2014 não há emissão da certidão previdenciária. A Receita Federal expede uma única certidão que abrange a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros.

Público alvo: pessoa física e pessoa jurídica

Formas de atendimento:

Mais informações:

- Orientações gerais sobre o serviço (<redirect.aspx?tipo=orientacoes&id=182>)

Serviços relacionados:

- Ver todos os serviços do assunto "Certidões e Situação Fiscal" (<default.aspx?/a/3>)
- Ver todos os serviços do assunto "Dívida Ativa da União – DAU" (<default.aspx?/a/7>)

Voltar à página anterior ([javascript:history.back\(\)](javascript:history.back()))



FINALIDADE declarada pelo requerente: LICITACAO.

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélcio Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;

B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS;

DESDE OITO DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ATÉ OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE (08/02/1995 ATÉ 08/02/2015), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de GIROS INTERATIVA LTDA - CNPJ: 04.661.796/00-01-84*****
Rio de Janeiro, Capital em 12/02/2015. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument
os Tab.01. Ato 01: R\$ 33,84, Tab.04-Ato 08: R\$ 32,69, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,6
5, FETJ: R\$ 13,30, FUNDPERJ: R\$ 3,32, FUNPERJ: R\$ 3,32, FUNARPEN: R\$ 2,66. TOTAL
: R\$ 89,78. EU, ADRIANO COUTO VEIGA (Mat.94/3809), Oficial Substituto a assino.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EATQ 83410 KOR
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RECIBO N° 253658
A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NOMINATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER ESCRITA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADITAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

Certidão em nome de GIROS INTERATIVA LTDA - CNPJ: 04.661.796/0001-84, conforme o requerido.

11/02/2015>12/02/2015-15(O)
EATQ83410KOR

Conferido em 12/02/2015 por:
RICARDO C. MEIRELES - Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

TALÃO Nº—

2000年12月29日
 星期三
 晴

Jorge Constancio Casasas - Substituto

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

[illegible][illegible][illegible]

DATE 10/13/77

^a The number of subjects who were included in each group was determined by the number of subjects who completed the study.

Paulo Roberto de
Oliveira Silva
Avenida
Marechal

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

Ofício do Registro de Distribuição

ARQUIVISTA

Requerida em 11/02/2015

33836/2015-1.00

Modelo ESPECIAL folha 01

0902124571

Finalidade declarada CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações proleptórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 19 e 39 do artigo 33 da Consolidação Normativa da CCB, desde.....
NOVE DE FEVEREIRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ate NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE (09/02/1995 ate 09/02/2015)
deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:
GIRDS INTERATIVA LTDA, qualificação: CNPJ 04.661.796/0001-84 (conforme requerido)
Emitida em: 11/02/2015 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C
EU, REGISTRADOR, A ASSINO.
EMOLUMENTOS R\$ 67,18 [Tab 1, Ato 1(R\$ 66,46), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,65), L.63 70/22 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 13,30), FUNDPERJ(R\$ 3,32), FUNPERJ(R\$ 3,32), FUNARPEN(R\$ 2,66); valor total R\$ 89,78

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EAT880634 IDJ
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

Cert. Proc. p/ HELENA

**CERTIDÃO MODELO ESPECIAL
DE FALÊNCIA**

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
**CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS**



00-033836

15000338360001

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$33,84 Tab 19 Item 08
R\$32,69 (FETJ) R\$:13,30 (FUNPERJ) R\$:3,32
(FUNDPERJ) R\$:3,32 (FUNARPEN) R\$:2,66 (CG -
PORTARIA 17/13) R\$:0,65 = Total R\$:89,78

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Escrevente Substituto

**O DELEGATÁRIO DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,**

RAFAEL LIL

(0)

11/02/2015

C E R T I F I C A

Folha: 1

18:34:58

ARN93822

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - Ações de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- II - Inqueritos Judiciais Falimentares ou falências dolosas as varas criminais ou outras (art. 186 da Lei de Falências);
- III - INTERDIÇÃO e/ou INDISPONIBILIDADE de BENS, previstas pela lei nº 6024 de 13/03/1974, que trata da intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministerio da Fazenda;
- IV - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES de AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões afetos a este Ofício;
- V - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

**NOVE DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO xxxxxxxxxxxxxxxx ate
NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE xx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
GIROS INTERATIVA LTDA xx
CNPJ:04.661.796/0001-84////////////////////////////////////
REQUERIDA E EMITIDA EM 11/02/2015,RIO DE JANEIRO.////////////////////////////////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO.////////////////////////////////////
EU, OFICIAL A ASSINO.**

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EARN93822 OZM
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis
Escrevente Substituto - Voto 030177 - 03

9151682944403001



CONFERIDO POR:

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E FITA PELAS CERTIDÕES DO
1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

CERTIDÃO - FITA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NOROCCIDENTAL DA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL

NOTA DE NOTARIAÇÃO
O presente documento foi emitido em
virtude da solicitação do Sr. JOSÉ
MELISARIO CABO PENNA FRANCA, para
a emissão de uma nova carteira de
habilitação, em virtude da perda da
anterior, emitida em 04/07/1960, sob
o nº 633.532.377-04, emitida em
06/12/2015, sob o nº 61369277035.
O presente documento é válido para
a emissão de uma nova carteira de
habilitação, em virtude da perda da
anterior, emitida em 04/07/1960, sob
o nº 633.532.377-04, emitida em
06/12/2015, sob o nº 61369277035.
O presente documento é válido para
a emissão de uma nova carteira de
habilitação, em virtude da perda da
anterior, emitida em 04/07/1960, sob
o nº 633.532.377-04, emitida em
06/12/2015, sob o nº 61369277035.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE MELISARIO CABO PENNA FRANCA

DOC. IDENTIDADE / ÔRG. EMISSOR / UF
043163898DICRJ

CPF
633.532.377-04

DATA NASCIMENTO
04/07/1960

RELACÃO
LEONEL PENNA FRANCA

MARILENE CABO PENNA FRANCA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
61369277035

VALIDADE
06/12/2015

1ª HABILITAÇÃO
24/11/1978

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
[Assinatura]

LOCAL
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO
08/12/2010

3838/001365
RJ370971981

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
374086240

PROIBIDO PLASTIFICAR
374086240



NÃO ENCONTRADO REGISTRO P/CGC- 04661796 - GIROS INTERATIVA LTDA - EPP
SINBACEN 11007/7990-TTOUR CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 01042015 14:16
TRANSAÇÃO BISP600 CONSULTAS MISP011

OPÇÃO	DESCRIÇÃO	INFORME OS CAMPOS		
----	-----	---1---	2---	3---
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X	X	
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME			X
----	-----	-----	-----	-----

OPÇÃO: 1 1- CGC...: 04661796
 2- CPF...:
 3- TERMO DO NOME: a) ..
 b) -- -- --
 c) -- . --

OBS: Na opção 2, sempre que possível, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rápida a consulta.

ENCERRA/ENTER=SEGUE
PF1/13=S.O.S

PF3/15=RETCENA
PF12/24=ENCERRA

CONTRATO OCS n.º ____/2015

CONTRATO DE PREMIAÇÃO DE OBRA AUDIOVISUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR E A GIROS INTERATIVA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

A BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, empresa pública federal, com sede em Brasília, Capital Federal, e serviços nesta Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida República do Chile n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDESPAR**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, e a **GIROS INTERATIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Largo do Machado, nº 54, sala 208. Flamengo, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22.221-020, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.661.796/0001-84, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, em conformidade com as regras do Edital do Concurso para Seleção de Projetos Cinematográficos - 2014, doravante denominado Edital, autorizado em 23/07/2014, por intermédio da IP AI/DECULT nº 24/2014, de 14/07/2014, com o Formulário de Inscrição subscrito pela **CONTRATADA** e com a previsão orçamentária consistente na rubrica n.º IBM = 1121.26.01.13 ; SAP = 1.15.040.0005 observado o disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, têm, entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a concessão de premiação, pela **BNDESPAR**, à realização do Projeto de realização da Obra Audiovisual Cinematográfica intitulada provisoriamente “**Menino 23**”, inscrita no Sistema de Acompanhamento das Leis de Incentivo a Cultura - SALIC nº 120417 e aprovado pela Agência Nacional de Cinema – ANCINE para captação de recursos através do art. 1º - A da Lei 8.685/93 e conforme especificações constantes no Edital e Formulário de Inscrição subscrito pela **CONTRATADA** (Anexo II).

SEGUNDA - VALOR

Por este Contrato, a **BNDESPAR** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), no âmbito do artigo 1º-A da Lei 8.685/93 (Lei de Audiovisual), destinada à realização da obra referida na Cláusula Primeira.

Parágrafo Primeiro

Júlia Bohrer
Advogada
AA/DECULT/1003

O prêmio não sofrerá alteração na hipótese de aprovação, pela ANCINE, de SALIC diverso do previsto na Cláusula Primeira deste Contrato, desde que, seja mantido o mesmo argumento aprovado anteriormente no SALIC original.

Parágrafo Segundo

Constitui responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** o pagamento aos profissionais envolvidos na obra cinematográfica, não podendo estes reclamar quaisquer valores ao **BNDES**.

TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

QUARTA – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **BNDESPAR** efetuará o pagamento do objeto deste Contrato por meio de crédito em conta bancária em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação da via original do(s) recibo(s) de captação referente(s) ao apoio objeto deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** entregará no protocolo do **BNDES** a(s) via(s) original(is) do(s) recibo(s) de captação referente(s) ao prêmio objeto deste Contrato, fazendo constar, obrigatoriamente, o número da OCS (Ordem de Compra/Serviço), nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao PROJETO PREMIADO (CONTA CORRENTE BLOQUEADA/VINCULADA), pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE para fins de captação de recursos pela **CONTRATADA**, para efetivação do crédito da **BNDESPAR**, sob pena de não ser efetuado o pagamento no prazo previsto no *caput* desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O crédito da **BNDESPAR** será efetivado na conta corrente mencionada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula para posterior transferência, pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, para uma nova conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** (CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO), também aberta pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, para livre movimentação dos recursos captados para o PROJETO PREMIADO.

Parágrafo Terceiro – O(s) recibo(s) de captação deverá(ão) ser encaminhado(s) ao **BNDES**, com a seguinte identificação:

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
- PROTOCOLO GERAL DO BNDES – TÉRREO
- AV. REPÚBLICA DO CHILE, Nº 100
- CEP: 20.031-917 - RIO DE JANEIRO-RJ

Parágrafo Quarto – Caso a **BNDESPAR** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de

0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Quinto – O pagamento pela **BNDESPAR** do objeto deste Contrato ficará condicionado à validade do PROJETO PREMIADO aprovado pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no âmbito do SALIC, sobretudo no que se refere à vigência do prazo de captação dos recursos.

QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, e na Lei n.º 8.685, de 20.07.1993, se constituem, ainda, obrigações da **CONTRATADA**:

I - Manter, durante a vigência deste CONTRATO todas as condições exigidas na ocasião da contratação, notadamente a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo por Serviço – FGTS (CRF), perante a Seguridade Social (CND), perante a Justiça do Trabalho (CNDT), quanto à Dívida Ativa da União e quanto aos Tributos e Contribuições Federais, incluindo COFINS e PIS/PASEP;

II - apresentar ao BNDES sempre que solicitado, durante a realização do projeto, relatório de atividades, informando o estágio de desenvolvimento e descrevendo as atividades já realizadas, bem como enviar cópias de matéria de imprensa que mencionem a obra;

III – Incluir legendas ocultas ou fechadas (*closed captions*), em língua portuguesa, para acesso a pessoas com deficiência auditiva;

VI – cumprir ao estabelecido no Termo de Compromisso, que constitui o Anexo I a este Contrato;

VII - obedecer às determinações legais emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas;

VIII – obter as Licenças e Autorizações junto a repartições e autoridades competentes, necessárias à execução do presente instrumento;

IX – não utilizar mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição da República e emitir, sempre que solicitado pelo BNDES, declaração, por escrito, de que cumpriu ou vem cumprindo esta exigência;

X - obter as devidas autorizações perante o Juizado da Infância e da Juventude nos casos em que a participação de menores for imprescindível para a execução do contrato;

XI – utilizar o total do prêmio no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro.

XII – comprovar, sempre que solicitado pelo BNDES, a validade do prazo de captação fixado pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE para o PROJETO PREMIADO no âmbito do SALIC;

XIII – encaminhar ao BNDES cópia do ofício expedido pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, aprovando a prestação de contas ao final da realização do PROJETO PREMIADO ;

XIV – adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente que possam ser causadas pela execução do PROJETO PREMIADO ;

XV – abster-se de utilizar trabalho em condição análoga à de escravo, bem como trabalho de crianças e adolescentes em desacordo com as restrições previstas na legislação;

XVI – impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do **BNDES** ou de suas subsidiárias (BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e BNDES *Limited*) na execução do objeto do presente Contrato.

XVII – cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo o único responsável pelas infrações cometidas, convencendo-se, desde já, que o BNDES poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;

XV – designar 01 (um) empregado como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDESPAR**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento; e

XVI – observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;

XVII – encaminhar relatório final de conclusão do projeto, juntamente com a emissão de declaração que ateste o cumprimento de todas as obrigações previstas neste **CONTRATO** e comprovação de lançamento do Projeto no circuito comercial de salas de cinema, 60 (sessenta) dias após o lançamento em salas comerciais do Brasil.

SEXTA – OBRIGAÇÕES DA BNDESPAR

Além de outras obrigações estipuladas neste instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, constituem, ainda, obrigações do **BNDESPAR**:

I. alocar, como Gestor do Contrato, o Chefe de Departamento do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do **BNDES** (AI/DECULT), que será responsável pela avaliação do apoio, pela liquidação da despesa e pelo atestado de cumprimento das obrigações do Contrato, consoante as disposições do artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993;

II. alterar, quando conveniente, o gestor designado para este Contrato indicado no Inciso anterior, mediante comunicação formal;

III. disponibilizar à **CONTRATADA** a logomarca do **BNDES** para inserção no material promocional e de divulgação previstos na Cláusula Primeira;

VI. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa;
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato;

VI. fiscalizar a execução do objeto deste Contrato; e

V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**;

SETIMA – ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da **CONTRATADA** o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este Contrato ou seu objeto, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que a **BNDESPAR** poderá descontar, de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

OITAVA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este Contrato obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o Contrato ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único – É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente deste Contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà, necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se a **BNDESPAR** de todo e qualquer pagamento ou obrigação perante terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes deste Contrato, e, em hipótese alguma, a **BNDESPAR** aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

NONA – PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pela **BNDESPAR** ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total do Contrato, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- c) impedimento de realizar outras operações com o Sistema **BNDES**, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do término da vigência deste Contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração

Parágrafo Primeiro – As penalidades relacionadas acima somente poderão ser aplicadas em procedimento administrativo prévio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo – Contra as decisões de que resulte a aplicação de penalidades, a **CONTRATADA** poderá interpor os recursos cabíveis, na forma e nos prazos previstos na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993.

Parágrafo Terceiro – A imposição das sanções previstas nas alíneas “a” a “d” desta Cláusula, e aquelas previstas no TERMO DE COMPROMISSO, não impede a rescisão unilateral do Contrato pela **BNDESPAR**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII, do artigo 78, da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Quinto – A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto – Na ocorrência de quaisquer infrações previstas no Contrato e em seus Anexos, após a concessão do prêmio, a **BNDESPAR** não considerará outros pedidos da proponente ou de interesse do projeto premiado, assim como de empresa integrante do Grupo Econômico a que pertença, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do término da vigência do Contrato, bem como suspenderá a liberação dos recursos do presente Contrato.

DÉCIMA– RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral da **BNDESPAR**, nas hipóteses previstas nos incisos I ao XII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a **BNDESPAR**, com antecedência de 30 (trinta) dias; e

III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro – Rescindido o presente Contrato pela configuração de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, o **BNDES** comunicará o fato à **Agência Nacional do Cinema – ANCINE**, ficando a **CONTRATADA** sujeita a devolver à referida Agência, conforme orientação desta, os valores que eventualmente já tenha recebido em razão do presente Contrato, além de obrigar-se ao pagamento de multa, à **BNDESPAR**, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Contrato, conforme fixado na alínea “b” da Cláusula anterior, sem prejuízo de eventuais perdas e danos decorrentes do seu inadimplemento, considerando-a dívida líquida e certa, aplicando-se, no que couber, as disposições do artigo 80, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993.

Júlia Bohrer
Advogada
AA/DELD/OLIC3

14/11/19

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão pelos motivos previstos no inciso XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, a **CONTRATADA** será ressarcida dos prejuízos que houver comprovadamente sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção contratual prevista no inciso XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, o presente pacto considerar-se-á resolvido sem ônus a qualquer das partes.

DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações, há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes legais de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro – A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente do Contrato não constituirá renúncia ou novação, nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

Parágrafo Segundo – Integram o presente Contrato o Termo de Compromisso e o Formulário de Inscrição subscrito pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II a este Contrato.

DÉCIMA SEGUNDA – FORO


Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Júlia Bohrer Rodrigues, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, redigido em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01 de ABRIL de 2015.

Júlia Bohrer
Advogada
AA/DELIC/CLIC3



BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

GIROS INTERATIVA LTDA

Testemunhas:

Nome: JOSE BELISARIO CABO PENNA FRANCA
CPF: 111.111.111-11

Nome: Luciana Ferreira
Nome: LUCIANA DE H. R. FERREIRA
CPF: 052452614-13

Serv. Notarial RJ
Mauro de Gusmão Cortes Louzada
Tabelião Substituto
Série 112 RJ
CTP 17450

Cartório 6º Ofício de Notas

Rua Artur Bernardes, 14 - Lj. B
Catete - RJ - CEP: 22220-070
Tel: (21) 2509-0334

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
JOSE BELISARIO CABO PENNA FRANCA,.....
Rio de Janeiro, 13 de Abril de 2015
Em Testemunho
EVANDRO SEBASTIAO DA SILVA-ESCREVENTE-Mat:94-15481-Emols. R\$ 4,55 +
acres. R\$ 1,50 Total R\$ 6,05
EAX693190-NH2
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Serv. Notarial RJ
Mauro de Gusmão Cortes Louzada
Tabelião Substituto
CTP 17450
Série 112 RJ

**TERMO DE COMPROMISSO DECORRENTE DO CONTRATO OCS Nº ____/2015,
NA FORMA ABAIXO:**

a **GIROS INTERATIVA LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, sociedade limitada, com sede no Rio de Janeiro, no Largo do Machado, nº 54, sala 208. Flamengo, CEP.: 22.221-020, inscrita no CNPJ sob o nº 04.661.796/0001-84, representada, na forma de seu contrato/estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados;

considerando a celebração do Contrato OCS nº ____/2015 com o **BNDES**, no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais), destinados à realização da obra cinematográfica intitulada provisoriamente "Menino 23", inscrita no SALIC sob o nº 120417

assume, as obrigações constantes do presente Termo de Compromisso, cuja validade, desde já, fica condicionada à celebração do Contrato OCS nº ____/2015, doravante denominado CONTRATO:

CLAUSULA PRIMEIRA

Obrigações da CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

I – Levar ao conhecimento do público o investimento realizado pelo Sistema BNDES, através da divulgação da logomarca do BNDES, da logomarca do Ministério da Cultura e da logomarca do Governo Federal, obedecidas as especificações técnicas de cores e dimensões que constam no Manual de Marca disponível no sítio do BNDES na Internet, da seguinte forma:

- a) Inserção da marca BNDES em cartela exclusiva, sob a titulação "Um investimento", nos créditos iniciais do filme, pelo tempo de exposição mínimo de 3 segundos, ou de vinheta institucional, a critério do BNDES;
- b) Inserção da logomarca do BNDES no *trailer* do filme, quando houver;
- c) Inserção da logomarca do BNDES nos cartazes e convites do filme;
- d) Inserção da logomarca do BNDES nos créditos finais do filme, ao lado das logomarcas do Ministério da Cultura e do Governo Federal, pelo tempo de exposição mínimo de 2 segundos;
- e) Inserção da logomarca do BNDES no sítio do projeto na Internet, nos DVDs e em outros materiais de divulgação e produtos derivados do projeto;
- f) Em nenhuma hipótese poderá haver, nas aplicações descritas acima, logomarca de outro patrocinador que ocupe altura superior à ocupada pela logomarca do BNDES;

g) A arte final referente à aplicação de logomarcas referida acima deverá ser submetida à aprovação do BNDES, nos termos do Parágrafo Terceiro desta Cláusula;

II - Avisar, com antecedência mínima de 30 dias, a data de realização de pré-estreias e lançamentos comerciais da obra nas diversas capitais do país;

III - Enviar 60 (sessenta) convites duplos para pré-estreias a serem realizadas no Rio de Janeiro, e 20 (vinte) convites duplos para pré-estreias em Brasília, São Paulo e Recife. Os convites devem ser enviados preferencialmente com antecedência mínima de 15 dias úteis;

IV - Enviar ao Sistema BNDES, para fins de divulgação institucional, o cartaz do filme em arquivo eletrônico, em alta resolução;

V - Enviar ao Sistema BNDES 30 (trinta) convites individuais de sustentação para salas de cinema no Rio de Janeiro;

VI - Ceder ao Sistema BNDES os direitos de exibição gratuita do filme nos eventos promovidos pelo BNDES, após o lançamento em salas de cinema no Brasil, quando assim solicitado pelo BNDES;

VII - Autorizar a utilização gratuita de imagens e referências do filme em materiais de divulgação institucional das ações culturais apoiadas pelo Sistema BNDES;

VIII - Ceder gratuitamente, a critério do BNDES, espaço de destaque nos eventos de lançamento do filme apoiado para colocação de material promocional do BNDES, tais como *banners*, totens, folheteria, adesivos, entre outros;

IX - Enviar 30 (trinta) cópias da obra audiovisual em DVD ou Blue-Ray, no formato *rental* ou *sell-through*, tão logo seja lançada a obra.

Parágrafo Primeiro: Todo e qualquer material confeccionado com a logomarca do BNDES só poderá ser utilizado e veiculado com sua aprovação prévia.

Parágrafo Segundo: A comprovação do cumprimento das obrigações constantes desta Cláusula deverá ser realizada através de envio de Relatório, atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Cláusula, encaminhado ao BNDES, aos cuidados do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo da Área Industrial (AI/DECULT).

CLÁUSULA SEGUNDA

Penalidades

A **CONTRATADA** será notificada pelo BNDES para cumprir a obrigação inadimplida. Caso não seja adimplida a obrigação, dentro do prazo estipulado na Notificação, a **CONTRATADA** ficará sujeita às penalidades abaixo, a serem aplicadas a critério do BNDES:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do prêmio, para o descumprimento da obrigação constante do inciso I, da Cláusula Primeira e multa de 2% (dois por cento), para o descumprimento da obrigação constante do inciso III, da Cláusula Primeira.

Parágrafo Único: As penalidades previstas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas na legislação ou no CONTRATO, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos a que der causa, em consequência do inadimplemento das obrigações constantes deste Termo.

O presente instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2015

Pela **BENEFICIÁRIA**:

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG: _____
CPF-MF: _____

Nome: Luciana de H.R. Ferreira
RG: 6442368
CPF-MF: 052452614-13

60
Sert. Notarial RJ
Rua de Gusmão Cortes Leoad
Tabela Substituto
CTPS 17450
Série 112 RJ

Cartório 6º Ofício de Notas

Interessa por semelhança a(s) firma(s) de:

JOSE BELISARIO CABO PENNA FRANCA.....

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 2015

Em Testemunho

EVANDRO SEBASTIAO DA SILVA-ESCREVENTE-Mat:94-15481 -Emls. R\$ 4,55 +

acres. R\$ 1,50 Total R\$ 6,05

EAX693189-MLK

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Rua Artur Bernardes, 14 - L.J. B
Catete - RJ - CEP: 22220-070
Tel: (21) 2509-0334

60
Sert. Notarial RJ
Rua de Gusmão Cortes Leoad
Tabela Substituto
CTPS 17450
Série 112 RJ

ancine

Agência Nacional do Cinema

Nota 225240

Instrução Normativa nº 22 Anexo VII

RECIBO DE CAPTAÇÃO ART. 1º - A - LEI 8.685/93

RECIBO Nº	RECIBO CAPTAÇÃO ART 1ª	Nº. SALIC:
01		12-0417

RECEBI (EMOS) A IMPORTÂNCIA, ABAIXO ESPECIFICADA, REFERENTE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO MECANISMO DE INCENTIVO FISCAL PREVISTO NO ARTIGO 1ª DA LEI Nº 8.685, DE 20/07/93, INTRODUZIDO PELA LEI Nº 11.437, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

01 - VALOR DO INCENTIVO:

R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

02. DATA DO RECEBIMENTO DO INCENTIVO:

03. BANCO:
001

04. Nº. DA AGÊNCIA:
3.516-5

05. Nº. CONTA CORRENTE: 22.821-4

06. NOME: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.

07. CNPJ/CPF: 33.657.248/0001-89

09 CIDADE: Rio de Janeiro

13. EMPRESA:

(x) PÚBLICA

() PRIVADA

08. ENDEREÇO: Avenida República do Chile, 100

11. CEP: 20.031-
12. TELEFONE/FAX: (21) 2172-7447

14. FAZ PARTE DE ALGUM GRUPO EMPRESARIAL? QUAL?
NÃO

15. NOME DO DIRIGENTE MÁXIMO DA EMPRESA INCENTIVADORA: Luciano Coutinho

16. NOME: MENINO 23

17. PROPONENTE: GIROS INTERATIVA LTDA. CNPJ: 04.661.796/0001-84

18. ENDEREÇO: LARGO DO MACHADO, 54, SALA 208, CATETE

20. CIDADE: Rio de Janeiro

21. UF: RJ

19. TELEFONE/FAX: (21) 2556-1800

22. CEP: 22.221-020

23. DATA DA PUBLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO NO DOU: 24/10/2012

24. DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOU DE PRORROGAÇÃO PARA O PRESENTE EXERCÍCIO: xxx

DADOS DO DECLARANTE

25. NOME: JOSÉ BELISARIO CABO PENNA FRANCA

26. CPF: 633.532.377-04

27. CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR

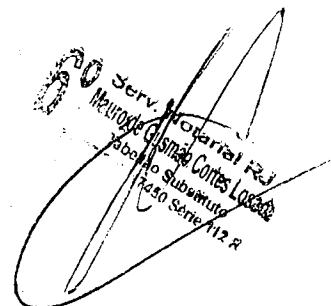
28. TELEFONE: (21) 2556-1800

29. LOCAL/DATA: 13/04/2015

30. ASSINATURA

ARIZACCI NUNES

1º VIA - INCENTIVADOR / 2ª VIA - ANCINE / 3ª VIA - EMITENTE



LIVRO : 6740

FOLHA : 018

ATO : 016

PROCURAÇÃO bastante que faz, GIROS

INTERATIVA LTDA, na forma abaixo:

TRASLADO

Aos 02 (dois) dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze (2012), neste Cartório do 6º Serviço Notarial da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Artur Bernardes, nº 14-B, Catete, perante mim, ELIZABETE DIONISIO DA COSTA, Escrevente, compareceu como OUTORGANTE: GIROS INTERATIVA LTDA, sociedade simples limitada, com sede à Largo do Machado, nº 54, sala 208, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.661.796/0001-84, com a última alteração datada de 27/11/2007, registrada na REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS sob o nº 200711221426553 por despacho de 27/11/2007, representada na forma do seu contrato social, conforme a **CLÁUSULA QUARTA** pelo sócio JOSÉ BELISARIO CABO PENNA FRANCA, brasileiro, casado, cineasta, portador da cédula de identidade nº 04.316.389-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública/DETRAN/RJ, em 10/07/2003, inscrito no CPF/MF sob o nº 633.532.377-04, residente e domiciliado nesta cidade e com endereço comercial o acima mencionado. Identificados conforme os documentos apresentados, cujas cópias reprográficas autenticadas ficam arquivadas nesta Serventia, bem como do presente instrumento será enviada nota ao Cartório do 6º Serviço de Distribuição no prazo e forma da LEI, e por ela foi declarado: QUE sob a forma solene do presente instrumento público nomeia e constitui sua bastante PROCURADORA: MARIA CARNEIRO DA CUNHA CHAVES, brasileira, solteira, jornalista, portadora da cédula de identidade nº 11.131.403-5, expedida pelo IFP/RJ, em 17/11/1994, inscrita no CPF/MF sob o nº 087.303.927-05, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Alberto de Campos, nº 60, aptº 302, Ipanema; a quem confere amplos e especiais poderes para abrir sociedades empresariais, representá-la perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, INSS, Juntas Comerciais, Empresas Públicas e Privadas, neles tudo assinando e requerendo, juntar e retirar documentos, fazer provas e declarações, preencher guias e formulários, acompanhar processos, cumprir exigências, assinar contratos, alterações contratuais, aditivos e instrumento de distrato, pagar taxas e



CARTÓRIO DO OFÍCIO DE NOTAS - RIO DE JANEIRO
Rua Artur Bernardes, 141 - 1º andar - E. Faria (021) 2569-0334.
AUTENTICAÇÃO

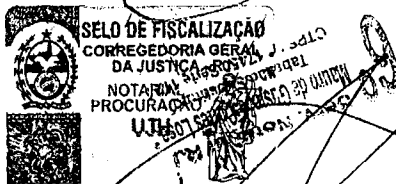
Significa e deu fé que esta cópia é reprodução fiel do original.
Rio de Janeiro, 25 de julho de 2012.

125 LEONARDO FRANCISCO DONATO - ESCRIVENTE
CTPS - LEONARDO FRANCISCO DONATO - ESCRIVENTE
FUNPERJ-R\$0.22 FUNDEPERJ-R\$0.22 FETJ-R\$0.69 EMOR\$4.45 TOTAL-R\$5.78

estabelecimentos bancários, abrir contas, solicitar talonário, senhas bancárias e extratos, fazer depósitos, assinar cheques, solicitar e autorizar transferências, saques, investimentos, resgate e encerramento de contas. Poderá, ainda, a OUTORGADA, substabelecer, a quem de direito tiver competência os poderes aqui conferidos como se presente estivesse o outorgante, defender os seus direitos e interesses em ações civis, até sentenças finais, inclusive em execuções, interpor recursos de apelação e agravos, fazer justificações e confissões, assinar desistência, enfim tudo o mais praticar para o bom e fiel desempenho deste mandato, QUE É VÁLIDO POR 01(UM) ANO A PARTIR DESTA DATA. Certifico que a qualificação da outorgante, do representante, os documentos e qualificação da procuradora e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelo outorgante representante, o qual se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade. DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR(LAVRADA SOB MINUTA). Certifico que pelo presente instrumento, são devidas custas: R\$ 18,05 tabela 7 nº 2/B; R\$ 4,55 (Tab. 01, 8); R\$ 3,41 (Tab. 01, 10); R\$ 6,82 (Tab. 01, 9); R\$ 5,23 comunicação; R\$ 11,37 arquivamento; R\$ 10,25 lei nº 489/81 - lei nº 590/82; R\$ 9,88 (20% da Lei 3217/99); R\$ 2,47 lei 4.664/05; R\$ 2,47 lei complementar 111/06; R\$ 17,43 distribuição, totalizando R\$ 91,93. Eu ELIZABETE DIONISIO DA COSTA, ESCRIVENTE, portadora da CTPS nº 34536-132, lavrei, li em voz alta o presente ato ao outorgante representante, que aceita e dispensa a presença e assinatura de testemunhas e o encerro colhendo a assinatura. (aa.) JOSÉ BELISARIO CABO PENNA FRANCA; TRASLADADA nesta mesma data; E eu MAURO DE GUSMÃO CORTES LOSADA, TABELIÃO SUBSTITUTO, subscrevo.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE.



NTN99701



Re: concurso 04/2014

INTERNET Homepage

Julia Bohrer Rodrigues

16/04/2015 12:21

Valeria de Almeida Bustamante

Classificação: Documento Reservado

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES - uso no âmbito interno

Unidade Gestora: GP/DEDIV/GATE

(classificação conforme Lei nº 12.527/2012)

Julia,

os extratos foram publicados:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes.nsf/\(pt-BR\)/res-lic-licitacao-aplicativa/00000000-0000-0000-0000-000000000000?open&docId=00000000-0000-0000-0000-000000000000](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes.nsf/(pt-BR)/res-lic-licitacao-aplicativa/00000000-0000-0000-0000-000000000000?open&docId=00000000-0000-0000-0000-000000000000)

Valeria

Julia Bohrer Rodrigues Prezados, Solicito a publicação no site do...

16/04/2015 11:17:03

De: Julia Bohrer Rodrigues/BNDES
Para: INTERNET Homepage/BNDES@BNDES
Data: 16/04/2015 11:17
Assunto: concurso 04/2014

Prezados,

Solicito a publicação no site do BNDES, na página referente ao concurso 04/2014, dos extratos das OCSs 110, 118, 119, 122, 124 e 130/2015 (anexos).

atenciosamente,

Júlia.

[anexo "EC - OCS 118-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES][anexo "EC - OCS 110-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES][anexo "EC - OCS 119-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES][anexo "EC - OCS 122-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES][anexo "EC - OCS 124-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES][anexo "EC - OCS 130-2015.doc" removido por Valeria de Almeida Bustamante/BNDES]

Júlia Bohrer

Advogada - Departamento de Licitações

Telefone: +55 21 3747-9595

